

Neto, Pedro Ítalo Sampaio Girão e Luiz Gustavo Correia Nunes.

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/148626> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.



EXTRATO 00323/2025

Edição: 3593

Disponibilização: 29/07/2025 às 10h16m

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº: 8505511-34.2025.8.06.0000; **OBJETO:** contratação direta para realização capacitação com a temática “Revisões e Atualizações de Cálculos”, na modalidade presencial, com 16 horas/aulas; **VALOR GLOBAL:** R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº14.133/2021; **CONTRATADO:** IGAM Corporativo Cursos e Assessoria LTDA; **DATA DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:** 28 de julho de 2025; **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE:** Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto.

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/148642> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.



OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL 00003/2025

Edição: 3593

Disponibilização: 29/07/2025 às 09h09m

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Ouvidora do Poder Judiciário do Estado do Ceará, signatária deste edital, no uso de suas atribuições legais e institucionais, torna público que será realizada Audiência Pública **no dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2025**, na Comarca de Itapipoca, para recepção das manifestações das Magistradas, dos Magistrados, das Servidoras, dos Servidores e sociedade em geral a respeito dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Art. 1º. A Audiência Pública será aberta a toda a sociedade, contemplando as Comarcas de Itapipoca, Amontada, Itapajé, Pentecoste, Trairi, Umirim, Uruburetama e suas Comarcas agregadas, e será presidida pela Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino, Ouvidora do Poder Judiciário.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. Prestar esclarecimentos à população e colher as manifestações dos interessados sobre a prestação dos serviços judiciais.